

INTERESPAÇO

Revista de Geografia e Interdisciplinaridade

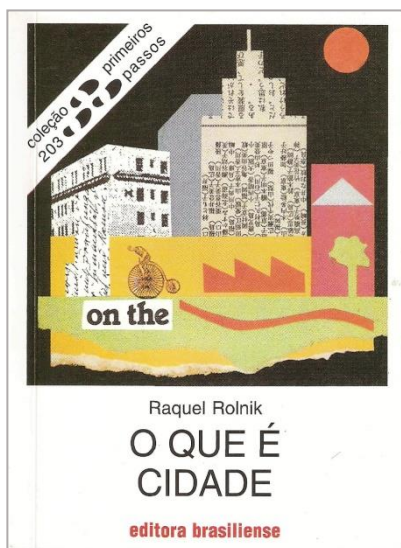
RESENHA:

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos; 203).

Odicleide Coutinho do Nascimento

Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal da Bahia – IFBA/Campus Salvador.

cleidegeo.ifba@gmail.com



Raquel Rolnik, urbanista e arquiteta, leciona na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – USP, e está inserida no contexto de discussões relacionadas às políticas urbanas e habitacionais. Já foi Conselheira de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia, assim como Secretária Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, dentre outras atividades de intervenção na questão urbana.

O livro “O que é a cidade” faz parte da coleção Primeiros Passos, da Editora Brasiliense, compilação famosa por discorrer sobre determinados temas e assuntos de forma simples e acessível. De acordo com o título, o tema desse volume versa sobre a cidade, nele, a autora faz algumas analogias para definir o que é cidade e em seguida disserta sobre as grandes urbes capitalistas. A autora leva em consideração a sobreposição primeira e segunda natureza, resultado da ação humana no espaço-geográfico, e a relação política que envolve a cidade.

Na introdução a autora delimita as propostas da obra. Segundo Rolnik, a partir do livro é possível refletir sobre a “(...) natureza, origem, e transformação das cidades” (ROLNIK, 1995, p. 9). Assim, ela o dividiu em duas partes: o primeiro ponto de discussão define o que é cidade e o segundo abarca a “cidade capitalista – sua origem, movimentos internos, conflitos e contradições” (ROLNIK, 1995, p. 9).

Nessa primeira parte do livro, intitulada “Definindo a cidade”, a autora informa que partiu de uma inquietação própria: ao pensar em cidade a imagem de São Paulo era imediata - seu ritmo acelerado e sua concentração intensa, logo, ela percebeu tais

fenômenos enquanto sinônimos de urbano. Em suas análises ela também consegue perceber uma espécie de “essência” urbana em outros tempos e lugares, mas, sobretudo, faz referências à hierarquização espacial, em que o contexto urbano passa a sobrepor o rural/agrícola. E deste modo urbaniza-se “a sociedade como um todo” (ROLNIK, 1995, p. 12). A partir dessa inquietação, de entender o que é a cidade nestes tempos e nos de outrora, a autora segue com analogias que caracterizam essa “essência”.

Inicialmente, Rolnik entende a cidade como um “ímã”, afinal ela cria “um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens” (ROLNIK, 1995, p. 12). Através dessa analogia a autora relaciona a religiosidade à sedentarização e à consequente organização urbano-política. “O templo era o *ímã* que reunia o grupo” (ROLNIK, 1995, p. 14). A partir da sedentarização sucedeu-se a organização política, a normatização e a regulação interna.

Sendo assim, segue a descrição da intrínseca relação da cidade com a escrita: o surgimento da escrita e da cidade está interligado, sendo uma muito importante para a outra – a escrita foi essencial no processo de registro da origem de riquezas das cidades, os excedentes. Como confirma a autora: “a cidade, enquanto local permanente de moradia e trabalho, se implanta quando a produção gera um excedente, uma quantidade de produtos para além das necessidades de consumo imediato” (ROLNIK, 1995, p. 16). Além da importância da escrita para o registro de riquezas das cidades, a autora aponta a própria cidade enquanto escrita, pois, através da arquitetura de cada cidade é possível “ler” suas histórias e imortalizá-las.

Seguindo a análise, a urbanista entende a cidade enquanto Civitas: a cidade política. Nessa descrição a autora fala do caráter coletivo que emerge da vida nas cidades: cidade significa vida coletiva. Deste modo, a autora sinaliza para os consequentes sistemas de controle advindos da vida coletiva, como, por exemplo, os sistemas de controle de fluxos: semáforos, faixas de pedestres, filas de ônibus. Ainda, os controles políticos-administrativos que dizem gerir a cidade a partir de relações de poder, sendo estas reforçadas pelos aparelhos ideológicos e repressivos do Estado.

Outra análise abordada pela autora faz-se referência à ocupação socioespacial. Desde as primeiras cidades, o lugar ocupado tem uma relação intrínseca com a divisão do trabalho, com a classe social de cada um/uma, mas, contraditoriamente, cada um/uma exerce sua participação política, ainda que seja através da submissão (ROLNIK, 1995). Aí se encontra o motivo de chamar a cidade de Civitas, como menção à cidade Romana, em que o conceito de cidade está sobretudo relacionado à instância política.

Por fim, através dessa analogia com a Civitas Romana, a autora questiona se ainda há centralidades de poder nas grandes metrópoles e se o papel político das pessoas é levado em consideração, ou existe apenas uma relação de submissão, constatando que houve uma intensificação desse controle, principalmente por conta da instantaneidade das câmeras e dos computadores. Entretanto, esse mesmo espaço urbano controlado também é palco de resistência de inúmeros movimentos populares (ROLNIK, 1995).

A última analogia elaborada por Rolnik na primeira parte do livro é aquela pautada na relação entre cidade e o mercado. Segundo ela, “a cidade, ao aglomerar num espaço limitado uma numerosa população, cria o mercado” (ROLNIK, 1995, p. 26). Entretanto, o mercado também só é possível por conta da divisão do trabalho e da especialização de tarefas, fato que aumenta a possibilidade de trocas entre as pessoas. Rolnik ainda destaca a mudança da relação de dependência entre a cidade e o campo para a interdependência, pois, a cidade passou a fazer o acabamento do trabalho que começou no campo, o que a classifica como economia urbana.

Na segunda parte, “A cidade do Capital”, a autora discorre sobre as características dessas cidades capitalistas, marcadas pela ênfase da atividade mercantil. Através de tópicos divide tais concepções: no primeiro, intitulado “O ar da cidade liberta”, expõe o sentimento e o sentido expresso por esse novo ambiente que, por conta da produção de excedentes, transformou as relações entre o campo e a cidade. As primeiras cidades medievais não eram planejadas, deste modo tinham uma grande relação com a primeira natureza.

Nessas cidades a divisão do trabalho dava-se principalmente por meio da cooperação artesanal: mestres que dominavam os diferentes tipos de produção tinham suas oficinas e conviviam com aprendizes, ensinando-os seus ofícios. Nesse período as oficinas eram extensão da casa dos artesãos, o lugar do trabalho se misturava ao lugar de moradia. Mas, sobretudo, Rolnik destaca as primeiras cidades medievais enquanto uma alternativa ao poder feudal.

Frente à crise feudal, a cidade apresentou-se muito importante, pois apareceu como alternativa para os ex-servos/as, que, saindo da organização feudal (rural), viram na cidade uma nova forma de viver, de trabalhar: vender a força de trabalho e não mais trabalhar no sistema de servidão. A autora usa o título desse tópico para expressar essa nova forma de vida dos servos, dizendo que “o ar da cidade liberta” (dentro da perspectiva do poder, nos feudos o controle estava nas mãos dos senhores feudais). Nas cidades, o controle passou para uma classe mercantil emergente, os burgueses. Logo, se antes os/as servos/as submetiam-se aos senhores, na vida urbana eles passaram a submeter-se aos senhores

mercantis, os burgueses. Deste modo a autora propõe a seguinte reflexão: a que tipo de libertação se pode falar, sem acesso aos meios de produção?

No segundo tópico “Separar e reinar: a questão da segregação urbana”, a urbanista trata da segregação nas cidades. Segundo ela: “é como se toda cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais” (ROLNIK, 1995, p. 40). A autora centra essa discussão na funcionalidade que tem cada bairro (bairros para morar ou trabalhar), mas, sobretudo na convivência do poder público em alimentar essas segregações *socioespaciais*.

A autora destaca ainda: 1. na Idade Média o local de trabalho e de moradia se misturavam, nas cidades contemporâneas isso mudou por conta do trabalho assalariado; e 2. a intencionalidade da burguesia de homogeneizar determinadas áreas e segregar a população menos favorecida em outras. Para homogeneizar e delimitar sua área de influência, a burguesia instaurou o que Rolnik define como “padrão burguês de habitação” (ROLNIK, 1995, p. 50).

O jeito de morar burguês expressa uma dicotomia casa-rua: a rua deixa de ser um espaço de troca coletiva para a burguesia e tem significado de caos, de perigo para seu status. Assim, transferem para a casa a esfera da vida privada e dentro de toda uma micropolítica desenvolvem e passam aos descendentes seu *habitus*, a reprodução do arbitrário cultural dominante, baseado em *micropoderes* machistas, patriarcais.

Ao final do tópico, enfatiza que a intencionalidade da segregação *socioespacial* é sustentada por motivos econômicos e políticos: econômicos porque a terra urbana é mercadoria do setor imobiliário, e, políticos, pois “(...) a segregação é produto e produtora do conflito social. Separa-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrado poderá ser o confronto” (ROLNIK, 1995, p. 52).

No terceiro tópico, Raquel Rolnik discute Estado, cidade e cidadania, partindo do pressuposto de que o Estado surgiu a serviço do capitalismo mercantilista e ainda destaca que a forma de ação desse Estado nas cidades capitalistas compõe-se a partir de um plano: as cidades capitalistas são planejadas. A ideia de planejamento milimétrico, que faz menção à racionalidade técnica emergiu após a revolução científica do século XVII.

Assim, gera-se uma nova forma de produzir espaço: “a lógica da racionalidade, do cálculo e da previsão, que emerge a partir das práticas econômicas do grande comércio e manufatura, penetra assim na produção do espaço, com planos e projetos debaixo do braço” (ROLNIK, 1995, p. 58). Sabemos o quanto o trabalho humano transforma e

produz espaço; a partir da racionalidade técnica do planejamento urbano, a divisão do trabalho mudou, mudaram as relações de trabalho, fato que contribuiu para acirrar a divisão de classes por meio da divisão do trabalho, separou-se a parte racional da prática, iniciou-se o processo de alienação do trabalhador.

A questão do controle estatal no planejamento urbano também está visível, como cita a autora, nas instituições de controle disciplinar criadas para “garantir o sossego da burguesia” (ROLNIK, 1995, p. 61), sendo elas as prisões, os asilos e os hospitais que exercem o poder sobre as mentes e os corpos. Mas, o Estado passa a todo momento a impressão de que sua intervenção na vida dos/das habitantes é para garantir um modelo de normalidade e saúde.

Assim, as habitações clandestinas, de ocupações ou invasões, até mesmo as favelas que são entendidas como “subnormais”, pois fogem ao padrão burguês de habitação, são percebidas como áreas inimigas do grande capital imobiliário, pois, desvalorizam a região, como também inimigas dos padrões de saúde, porque, segundo o argumento do Estado, esses ambientes são propícios a desenvolverem seres que geram riscos à “saúde”. A população que reside nesses lugares geralmente reclama por reconhecimento legal e infraestrutura, e, a máquina estatal com toda a “boa-vontade”, propõe a racionalização e a homogeneização desses espaços a fim de inseri-los dentro do padrão burguês através dos programas habitacionais do governo, como o “Minha casa, minha vida”, destaca Rolnik (1995). Para finalizar este tópico, a urbanista focaliza novamente a ideia de que o Estado controla a cidade e cria segregações que são favoráveis ao grande capital. Entretanto, a tensão popular é existente: a todo o momento há a luta pela apropriação do espaço urbano, a luta pelo direito à cidade.

No quarto e último tópico da segunda parte do livro, Raquel Rolnik trata da indústria e dos movimentos urbanos, entendendo a primeira enquanto a “(...) força poderosa que dá ritmo e intensidade a estes movimentos” (ROLNIK, 1995, p. 71), ditando, inclusive, os padrões de moda, estando esta na raiz da servidão moderna.

A autora diz que todo esse processo de transformação industrial-capitalista só foi possível a partir da “(...) destruição da oficina do mestre artesão e a emergência de um processo de parcelamento e seriação do trabalho” (ROLNIK, 1995, p. 72). De acordo com a racionalidade técnica, cartesiana, é necessário que cada membro produtor se responsabilize por uma parte do processo de produção. Porém é a partir dessa lógica que o/a trabalhador/a passa a não ter domínio sobre o produto de seu trabalho, aliena-se e mecaniza-se. O/a empregador/a passa a ter controle total sobre os/as trabalhadores/as.

A industrialização é fruto da destruição de um modo de produzir cultural e que provocou um intenso fluxo migratório para as cidades, já que, diferente da manufatura – que era uma resistência às cidades, pois se produzia inclusive na zona rural –, a produção industrial autoritariamente desenvolvia-se na cidade. Deste modo, Rolnik (1995) caracteriza a industrialização enquanto um efeito desterritorializador, pois quebra vínculos e retira os indivíduos de seus territórios.

A desterritorialização é um processo proposital no mundo industrial, afinal, como em uma produção em massa, tem-se a ideia de “produzir” pessoas padronizadas. Entretanto, no convívio urbano essa tentativa de homogeneidade funciona como um estopim para as tensões populares, que muitas vezes desmembram em conflitos violentos: criminalidade, saques, quebra-quebras, passeatas, barricadas. Rolnik (1995) pontua que essas ações são expressões claras da cidade dividida.

Para encerrar, Rolnik aborda o tema da cidade pós-industrial, onde o tempo e o espaço são remodelados. “Nela não existe mais a necessidade de concentração, uma vez que sob o paradigma eletrônico-nuclear os terminais e bancos de dados podem estar dispersos pelo território” (ROLNIK, 1995, p. 88). Assim, a estudiosa retorna à definição de cidade como “ímã”, que, segundo essa lógica pós-industrial, não é mais possível, afinal, os sistemas tecnológicos controlam as pessoas sem necessariamente aglomerá-las.

REFERÊNCIAS

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos; 203).

Recebido para avaliação em 31/07/2016
Aceito para publicação em 21/04/2017